Construindo comunidades saudáveis

Os (des)encontros da pesquisa interdisciplinar e participativa

Yeimi Alexandra ALZATE LÓPEZ(1), Marie Agnès ALIAGA(2), Lívia ALMEIDA FIGUERÊDO(3), Andrea LIMA DUARTE COUTINHO(4) Ianei DE OLIVEIRA CARNEIRO(5), Hernán Darío ARGIBAY(6), Hussein KHALIL(7), Federico COSTA(8), Ricardo LUSTOSA(9), Hammed Oladeji MOGAJI(10)

(1)(2)(3)(4)(6)(8)(9) Instituto de Saúde Coletiva Universidade Federal da Bahia, (5) Instituto de Saúde Coletiva Universidade Federal da Bahia/Fiocruz Bahia – IGM, (7) Swedish University of Agricultural Sciences, (10) Instituto de Saúde Coletiva Universidade Federal da Bahia, Federal University Oye-Ekiti

Resumo : Neste capítulo compartilhamos um exercício coletivo de reflexão em torno da experiência de desenvolvimento de um projeto interdisciplinar e participativo que visa o desenho, a implementação e a avaliação da efetividade de ações coletivas na prevenção de doenças infecciosas e intervenções para a construção de "comunidades saudáveis" em três comunidades de Salvador, Bahia, junto a moradores e atores locais. Salvador, como outras cidades do Brasil, a maior parte da população de baixa renda mora em áreas periféricas e enfrenta os efeitos da profunda iniquidade social do país, dentre eles, a falta de acesso a serviços básicos como saneamento e água potável. Ao apostar na perspectiva emancipatória da participação comunitária e nos princípios da Pesquisa Participativa Baseada na Comunidade (PPBC), inspirados pelo pensamento da educação popular e da decolonialidade, a equipe tem se deparado com várias potencialidades e, principalmente, com muitos desafios. Na produção do texto, encaramos o desafio da reflexão e escrita coletiva sobre os caminhos construídos ao adotar a perspectiva participativa em um projeto interdisciplinar, apontando as possibilidades e contradições deste processo (retratando a fase inicial), além de considerar desafios e limitações impostas pela pandemia da Covid-19. O exercício permitiu o reconhecimento da existência de uma rede de articulação de conhecimentos plurais (epistemologias pluriversais) e a tomada de com-ciência de que o fim das dicotomias e o estabelecimento das relações de co-aprendizagens entre áreas de conhecimento são elementos imprescindíveis para a condução de um projeto efetivamente participativo e de base decolonial.

Palavras-chave : Pesquisa Participativa Baseada na Comunidade, Interdisciplinariedade, Intervenção em saúde, Doenças Infecciosas

Introdução

> "[…] O lugar, em outras palavras, desapareceu no "frenesi da globalização" dos últimos anos, e este enfraquecimento do lugar tem consequências profundas em nossa compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza, e da economia. Talvez seja o momento de reverter algumas destas assimetrias ao enfocar novamente a constante importância do lugar e da criação do lugar, para a cultura, a natureza e a economia" Arturo Escobar (2005)

"Zonas de sacrifício", é assim que alguns autores denominam os espaços periféricos das cidades no Brasil, conhecidas como "favelas". O que caracterizaria estas zonas de sacrifício não é apenas uma qualidade espacial geográfica em si, frequentemente afastada e excluída do centro, mas também o fato de serem contextos em que a desigualdade social, iniquidades em saúde e uma certa cidadania se expressam de forma contundente (Cunha *et al.*, 2015).

As histórias dos países latino-americanos e daqueles que compõem o "Sul Global" estão cheias de exclusões, expropriação de territórios, extrativismos, concentração de danos ao ambiente e em grupos específicos (sejam grupos étnicos, raciais ou de classes), gerando sub-humanidades e sub-cidadanias, que fazem parte do modelo econômico capitalista. As diversas discussões das noções de território, desenvolvimento e globalização (Santos, 2000 ; Escobar, 2005 ; Canclini, 2007 ; Segato, 2006 ; Haesbaert, 2020 ; Stephen, Hawkins e Liverant, 2022) apontam para os efeitos deletérios do modelo colonial, que se reinventa de diversas formas (até na formação acadêmica), pois o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade.

Assim, as noções de "colonialidade do poder, do fazer e do saber" (Fanon, 2008 ; Quijano, 2010 ; Mignolo, 2010) permitem compreender os processos de negação, extrativismo da vida natural e dos saberes locais, de subjugação e invisibilização, assim como os "epistemicídios" (Santos, 1998) impostos pela racionalidade capitalista moderna/ocidental/eurocêntrica/colonial. No caso do Brasil, nenhum desses processos podem ser desassociados do racismo estrutural da sociedade e da constituição do projeto de Nação, que tem legitimado as diversas violências, exclusões socioespaciais e processos de desumanização de grupos sociais e étnicos em todo o "território nacional" (Santana Filho, Germani e Giudice, 2013 ; Grosfoguel, 2016 ; Almeida, 2018 ; Krenak, 2019, 2020).

Em quase todas as cidades do Sul Global, a maior parte da população vive em assentamentos de baixa renda e enfrenta o fardo duplo de baixas condições de vida, saúde e mortalidade por alguns problemas de saúde (UN-HABITAT, 2010 ; Stephens, 2011). Doenças infecciosas, ligadas à falta de acesso à água e saneamento básico, assim como insegurança alimentar e proliferação de vetores, coexistem com o risco aumentado de poluição atmosférica, exposições de risco ocupacional e de transporte, e má qualidade habitacional. Em algumas destas cidades, a violência social é epidêmica (Stephens e Satterthwaite, 2008 ; Stephens, 2011). Os jovens estão entre os mais vulneráveis nestes ambientes, e são comumente os com menor voz nas decisões que afetam seu futuro (UNICEF, 2012).

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

No Brasil, as diversas crises que têm se acirrado desde 2013, devido a um panorama político-social-econômico complexo, têm contribuído para aumentar a desigualdade urbana, intensificando os desafios sociais, econômicos e de saúde enfrentados pelos residentes nas comunidades periféricas. No caso da cidade de Salvador, devido ao baixo acesso a saneamento básico e outros direitos básicos, os moradores desses territórios sofrem com maior incidência de doenças infecciosas como a leptospirose (Ko *et al.*, 1999), Zika (Nery *et al.*, 2021), deficiências habitacionais permitem maior susceptibilidade a infecções respiratórias, incluindo tuberculose (Erazo *et al.*, 2014), assim como doenças crônicas não transmissíveis e violência (Khalil *et al.*, 2021). Por seu lado, a crise sanitária de Covid-19 também demonstrou que a pandemia era tudo, menos democrática. As análises produzidas até o momento, revelaram como o número de contaminação tem sido maior naqueles grupos que já sofriam de processos de vulnerabilização mais expostos ao adoecimento, ao desemprego, à pauperização e à morte a nível global (Nunes, 2020 ; Santos, 2020) e a nível nacional (Escobar, 2020 ; Goes, Ramos e Ferreira, 2020 ; Nunes, 2022).

Para o enfrentamento desses quadros instaurados e de alguma forma normalizados de forma sistêmica, são necessárias "alternativas" também sistêmicas que vão se gestando no interior dos próprios territórios, dos movimentos sociais que lutam pela coletividade, mas também das comunidades acadêmicas, que atuam nessas áreas. Por todos esses motivos, o objetivo do presente capítulo é compartilhar a experiência do primeiro ano de uma pesquisa interdisciplinar e participativa que propõe a co-construção de "comunidades saudáveis". Como discutido por Porto (2020, p. 4), entendemos que frente a cenários como os descritos acima, precisamos questionar a "pretensa objetividade e neutralidade da ciência moderna, que junto com o Estado e o Direito da chamada 'modernidade', acabou por erguer muros construídos por especialistas, seus paradigmas e instituições".

Procuramos construções que permitam descolonizar a imaginação acadêmica, para tornar efetiva uma real "ecologia dos saberes" e uma reorientação de relações hierárquicas entre universidade-comunidade (Shiva, 2003 ; Santos, 2007 ; Santos e Almeida, 2008). Essa pode ser a chave para que comunidades periféricas da cidade de Salvador-BA, consideradas por alguns como "zonas de sacrifício", possam ser campos potenciais de promoção da saúde e de transformação social e emancipação (Porto, 2019). A negligência sistêmica do governo de Bolsonaro (2019-2022), unida aos processos de não investimento em saúde e educação dos últimos tempos, requerem a efetivação do compromisso social da universidade.

Tudo isto, coloca inúmeros e delicados desafios. Primeiro, o da efetivação do exercício da interdisciplinaridade do campo nas práticas de pesquisa (Almeida, 2000 ; Santos e Killinger, 2011), permitindo abordagens mais sensíveis da complexidade do objeto saúde, doença e cuidado, e que promova relações que possam transcender as barreiras disciplinares. Segundo, o desafio de adotar a centralidade do saber e a participação das comunidades nos processos de pesquisa, proposto pelas pesquisas Participativas de Base Comunitária / Pesquisa Ação / Investigação Ação Participativa (Cornwall e Jewkes, 1995 ; Borda, 2001, 2006 ; Minkler e Wallerstein, 2011 ; Freire, 2019 ; Affun-Adegbulu e Adegbulu, 2020).

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

Não é fácil apostar em um caminho que tenta romper com cegueiras epistêmicas causadas pelas problemáticas apontadas acima e fortalecer relações de pesquisa que permitam a participação de forma ampla, tentando equilibrar as relações de poder, a participação na tomada de decisão e as práxis acadêmicas. Segundo Aliaga (2018), a estratégia da pesquisa-ação, inscrita na linha freiriana das pesquisas participativas, define-se como "uma atividade de compreensão e de explicação da práxis dos grupos sociais por eles mesmos, com ou sem especialistas em ciências humanas, com o fim de melhorar esta práxis" (Barbier, 1985, p. 156), na qual os participantes expressam a percepção que tem da realidade do objeto da sua luta ou de sua emancipação (Barbier, 2002 ; Tanajura e Bezerra, 2015, *in* Aliaga, 2018).

Como pesquisadoras e pesquisadores atuantes na área da saúde coletiva, nossos estudos sobre saúde e ambiente em comunidades têm demandado a inclusão de diversas visões sobre os territórios onde trabalhamos, a desafiar nossas formas de pensar, fazer e até de escrever. Por estes motivos, este texto propõe desnudar e discutir esses desafios, desencontros e potencialidades. Nos perguntamos se somos loucos ou corajosos ao assumir estes desafios. Com esta interrogação, estamos assumindo uma postura autocrítica, onde seguimos o convite do pesquisador Arturo Escobar (2005), de contribuir para maneiras presentes ou potenciais de reconhecer e reconstruir o mundo, plasmado em práticas múltiplas, baseadas no lugar (os territórios).

Aprendendo a andar : reconstruindo as pegadas

Caminante, son tus huellas el camino y nada más ; Caminante, no hay camino, se hace camino al andar. Al andar se hace el camino, y al volver la vista atrás se ve la senda que nunca se ha de volver a pisar. Caminante no hay camino sino estelas en la mar. (Antonio Machado)

Nesse tópico vamos "*volver la vista atrás"*, tentar reconstituir alguns aspectos dos caminhos percorridos que nos trouxeram à aventura de decidir "construir comunidades saudáveis". Quando revisamos a trajetória dos projetos de pesquisa que precederam a nossa empreitada observamos dois fenômenos : a proposta de uma multidisciplinaridade e interdisciplinaridade crescente na conformação das equipes de pesquisa ; a tendência à internacionalização dos projetos resultante da influência de financiamentos do Norte Global, principalmente Estados Unidos e Reino Unido. Colaborações que começaram na década de 1960 entre a UFBA e a Universidade de Cornell nos EUA desenvolveram projetos na área de "*Tropical Communicable Diseases*" focando em estudos epidemiológicos e clínicos de doenças entéricas nas áreas rurais da Bahia.

Na década de 1990 sucederam-se projetos nessa região, resultantes de parcerias envolvendo a UFBA e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que se propunham um trabalho multi/interdisciplinar, com foco na imunologia, patogênese, epidemiologia molecular, diagnóstico e desenvolvimento de vacinas de doenças infecciosas, principalmente as zoonoses. Naquela década, acompanhando as mudanças demográficas do Brasil, a maior parte dos projetos passaram a ser realizados em áreas urbanas periféricas. Na década de 2000, o grupo expandiu as colaborações incluindo parceiros do Reino Unido (Universidades de Lancaster e Liverpool), fato que favoreceu a integração de novas áreas do conhecimento, notadamente a ecologia, e métodos quantitativos sofisticados,

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

a exemplo de modelos matemáticos para explorar os determinantes ambientais em saúde.

É evidente que estes projetos têm gerado resultados científicos importantes, produzindo um conhecimento robusto acerca da leptospirose e de outras zoonozes, além de contribuir com a formação de dezenas de professores e pesquisadores no Brasil e no mundo, possibilitando a criação e consolidação de uma relevante rede de pesquisa. Entretanto, sublinhamos que também tem modelado dinâmicas de trabalho entre universidade e comunidades que estão altamente influenciadas por moldes tradicionais de pesquisa e envolvem instituições de pesquisa e financiadores do Norte Global, fato que, de certa forma, limita a capacidade de desenvolver abordagens decolonizadoras.

O projeto, ao qual chamamos de "fundador" da nossa parceria atual, promovido pelo Instituto de Saúde Coletiva em parceria com a Fiocruz-BA e a Universidade de Liverpool, dá continuidade a esse propósito multi/interdisciplinar dos projetos anteriores, aportando uma ênfase para a perspectiva participativa, em especial por parte dos cientistas sociais que ingressaram no projeto. Constituído por pessoas de diversas áreas e diversos países, o projeto reuniu ecologistas, epidemiologistas e cientistas sociais, cada um trazendo seus próprios métodos, perspectivas, experiências e claro, ansiedades.

Embora tivesse as pegadas anteriores como referência, a verdade é que não havia um caminho definido. Tratava-se de uma experiência nova e desafiante, para o qual seria o caminhar que definiria os passos. Assim, foi se delineando que, por um lado, os ecologistas e epidemiologistas se concentrariam na análise dos gradientes socioeconômicos na prevalência de infecção de leptospirose dentro e entre as comunidades, além dos indicadores ecológicos e ambientais, através da realização de soro-inquéritos, captura de ratos e análises de amostras. Também foi incluída a estratégia do mapeamento colaborativo para identificar as áreas de risco como percebidas pelos moradores, especialmente com os jovens.

Por outro lado, a equipe de ciências sociais iniciou um trabalho piloto, que foi realizado em duas regiões, com o fim de compreender melhor as perspectivas da comunidade acerca da leptospirose como problema de saúde. Os resultados deste piloto influenciaram de forma significativa a definição das áreas de estudo e a adoção de duas abordagens qualitativas : os grupos focais e narrativas audiovisuais, técnica conhecida como Photovoice[1] (Wang and Burris, 1997). Além de aprofundar conhecimentos ou práticas dos moradores acerca da leptospirose, se tratava de compreender quais as prioridades/problemas identificados pela comunidade. A porta de entrada às comunidades se deu através de associações e lideranças, com as quais, após dois anos, se estabeleceram relações orgânicas, não sem enfrentar desafios, que discutiremos no tópico seguinte.

[1]Inicialmente desenvolvido por Wang e Buris no final da década de 1990, a técnica de Photovoice se origina de uma abordagem da pesquisa participativa de base comunitária (CBPR) e é definida como um processo pelo qual as pessoas podem identificar, representar e aprimorar sua comunidade por meio de uma técnica fotográfica específica. Com base na abordagem de Paulo Freire da educação para a consciência crítica, os participantes são convidados a pensar criticamente sobre sua comunidade e começar a discutir as forças sociais e políticas cotidianas que influenciam suas vidas. As fotografias são complementadas com uma discussão coletiva, onde as pessoas partilham o significado da sua fotografia e começam a refletir sobre a sua comunidade.

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

Como sucede em várias pesquisas que tentam adotar uma perspectiva interdisciplinar, a equipe percebeu logo que existia o risco de que os ecologistas e epidemiologistas trabalhassem por um lado, e os cientistas sociais, por outro, em processos paralelos que carecem de diálogo e integração. Por esse motivo, no início, reuniões conjuntas e momentos de discussão com os coordenadores (nacionais e internacionais) eram realizados periodicamente para discutir os achados, trocar ideias e algumas frustrações sobre as diferentes perspectivas. Considerando que a interdisciplinaridade não se resume a "relações entre disciplinas", mas sim interações entre os agentes de cada campo (Almeida, 1997). Desde esta primeira fase, os momentos de tensão revelaram as relações de poder entre os campos disciplinares, as concepções sobre ciência, florescendo algumas disputas.

Em várias ocasiões, e apesar da boa vontade de todos os membros da equipe em fazer esse diálogo interdisciplinar acontecer, nos perdíamos no limbo da tradução entre epistemologias e idiomas diferentes (inglês *versus* português), e as conversas se tornaram dignas de cenas cômicas onde muito se falava e pouco se entendia. Enquanto a equipe de ciências sociais tentava superar seu medo irracional dos números para lograr entender as tabelas, apresentadas pela equipe de epidemiologia, e aprendia a falar em "protocolês" (i.e. a linguagem dos protocolos de pesquisa), as equipes de epidemiologia e ecologia provavelmente tinham que redobrar a paciência frente à aparente indeterminação e abstração de pesquisadores que não trabalham a partir de hipótese e não tinham as suas abordagens e "variáveis" (ou desfechos) predefinidos.

Vários questionamentos endereçados à equipe de ciências sociais diziam respeito a especificidades do fazer ou método científico. Podem ser destacadas aqui questões associadas à validade dos dados provenientes dos grupos focais - "como pode-se generalizar achados se o número de participantes não é representativo ?", ou relativas a não adoção de hipóteses - "como garantir o rigor científico indo ao campo sem antes definir as hipóteses a serem testadas e as variáveis a serem informadas ?" As linhas de tensão entre abordagens epistemológicas seguiam os aparentes antagonismos entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa, entre abordagem hipotético-dedutiva e abordagem exploratória, e entre abordagens "extrativistas" e abordagens mais participativas.

Observou-se a inquitetude causada pela recusa dos pesquisadores das ciências sociais em adotar uma prática orientada pela ótica da pesquisa positivista, destacando-se fundamentos tais como : observação externa e separação do pesquisador e do seu objeto/sujeito de observação, neutralidade, reprodutividade do experimento, produção de um saber generalizável e aplicável a outros contextos.

Reconhecemos que essas disputas e traduções "imperfeitas" (Carvalheiro, 1997 ; Neves e Killinger, 2011) foram importantes. Felizmente, prevaleceu o entendimento que para dar uma contribuição significativa para a melhoria da saúde da população de forma ampla, para além da doença, a equipe precisava continuar a trabalhar de forma articulada entre si e junto com as comunidades.

De fato, os resultados da pesquisa evidenciaram que a leptospirose é um problema de saúde importante, com consequências significativas e cujas intervenções são ineficazes

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

(Khalil *et al.*, 2021 ; Mota *et al.*, 2021) e que os diversos processos de vulnerabilização enfrentados pelos moradores no cotidiano são complexos. Estão enraizados nas desigualdades, injustiças ambientais e sociais e nos processos de negligência que afetam toda uma série de questões de saúde pública que compartilham os mesmos determinantes socioambientais. As pegadas nos permitiram chegar a um certo entendimento de que o foco no estudo da leptospirose precisava ser ampliado e que, para alcançar uma melhoria sustentável nos resultados de saúde, a participação das comunidades no projeto, como meio de transformação das relações de poder nas quais estão inseridas, seria fundamental.

No segundo semestre de 2019, já em estágio de finalização de análises, foram realizadas reuniões pautando a possibilidade de dar continuidade ao processo, submetendo uma nova proposta ao financiador. Vale registrar que, no encerramento da última reunião do ano, em um misto de empolgação e de ansiedade, nos deparamos com a percepção generalizada de que "não sabíamos ao certo em que estamos nos metendo". De novo não havia caminho, ele teria de ser construído ao caminhar.

O projeto "Construindo comunidades saudáveis" foi submetido e aprovado em fevereiro de 2020. Diferente do projeto fundador, o atual apresentava então o desafio não só de manter a interface entre as diversas pessoas e áreas de conhecimento envolvidas no projeto (ciências sociais, epidemiologia, ecologia, mapeamento colaborativo e extensão universitária[2]), mas pautar a necessária reflexão sobre a diversidade de posicionamentos epistemológicos relacionados à saúde e ao bem-estar das comunidades periféricas, pautada pela pesquisa participativa.

Assumindo a postura de contínuos processos de ruptura frente à "colonialidade do saber"[3] (Lander, 2005), principalmente se tomarmos como foco as ações históricas, relacionadas a legitimação das ciências humanas e as próprias concepções sobre ciências e postulados de "eficácia" (direitos epistêmicos) empreendidas ao longo dos séculos pela tecnociência, percebemos de forma desafiadora a necessária e processual correlação entre os diversos campos de saber que constituem essa pesquisa e suas ações.

De alguma forma, essas perspectivas guiaram a construção do projeto, que se propõe a integrar a abordagem participativa para desenhar, projetar, implementar e avaliar intervenções junto com a comunidade, ou seja, os moradores e jovens : "combinando conhecimento e ação para mudança social, a fim de melhorar a saúde da comunidade e eliminar as disparidades na saúde"[4]. Pensar em eliminar as "disparidades" já parecia não só ambicioso, como utópico. Além disso, como podíamos explicar ao financiador e ao comitê de ética que as intervenções não estavam definidas pois esse processo se daria junto com as comunidades através da conformação de grupos comunitários ?

[2]No Brasil, a extensão universitária é a ação da universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição.

[3]O sociólogo Anibal Quijano aponta a ideia de um sistema-mundo moderno-colonial ao falar da colonialidade do poder (2010). Por seu lado, a colonialidade do saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiças sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias (Lander, 2005, p. 3).

[4]Citação literal do projeto.

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

Coube esclarecer que, embora o saber acumulado do projeto anterior já permitisse delinear certas ideias de intervenções, o propósito do atual projeto era fomentar o protagonismo das comunidades, cujos moradores deveriam participar da tomada de decisão em todas as etapas.

Os desafios para a definição das áreas demandaram várias reuniões, implicando em idas e vindas frente aos critérios, os quais mais uma vez revelavam as tensões nas diferenças entre as perspectivas quantitativa e qualitativa. Desde a perspectiva epidemiológica, havia a preocupação com a representatividade amostral, o que favorecia a inclusão de quatro comunidades. Desde a ótica mais qualitativa, prevalecia a indicação de restringir a abrangência territorial de modo a favorecer processos mais profundos de relação e interação com a comunidade.

E se a pesquisa em si já era desafiante, o leitor pode imaginar a complexidade adicionada pelo cenário da pandemia, sobretudo para um projeto baseado em participação comunitária em territórios vulneráveis com profundas preacariedades sociais, incluindo acesso limitado a computadores e rede de internet.

Ao receber notícias das lideranças acerca das dificuldades enfrentadas pela pandemia, entre os meses de maio a setembro desse mesmo ano, integrantes da equipe se uniram na realização de uma campanha solidária junto às comunidades de Marechal Rondon, Alto do Cabrito e Rio Sena, arrecadando dinheiro para compra de cestas básicas e apoiar as famílias beneficiadas pelas associações com as quais trabalhamos desde o projeto fundador. Esse processo foi especialmente oportuno considerando as profundas desigualdades sociais escancaradas pela pandemia e o acirramento das situações de vulnerabilização (desemprego, fome, violência) em que os territórios periféricos, com maioria de população negra, enfrentavam frente a falta de ações coordenadas do Estado brasileiro durante este período (Nunes, 2020). Vale registrar que a solidariedade e o trabalho em conjunto com as lideranças tem permitido o estabelecimento de relações de confiança e apoio, para além da pesquisa.

1 “Construindo comunidades saudáveis” : caminhos percorridos

O próprio termo participação dá lugar a diversidade de apropriações, em um espectro ideológico que vai da supervalorização da agência e responsabilidade comunitária, relevando muitas vezes a responsabilidade da esfera pública, até uma visão mais freiriana e emancipatória da participação comunitária em processos de investigação e construção do conhecimento. Pensando na diversidade epistemológica e teórico-metodológica em torno do tema, foi realizada com a equipe uma primeira oficina sobre a participação comunitária em pesquisas. A oficina partiu das experiências de cada um e tentou problematizar questões como o tokenismo[5], a tensão entre posturas assistencialistas/emancipatórias, as contradições que acarretam o diálogo entre saberes acadêmicos e populares/tradicionais, entre outros temas. Nela, a diversidade de experiências e de aproximações da pauta participativa entre os membros da equipe se destacou.

[5] O tokenismo é a prática que visa a inclusão simbólica de minorias, criando a ideia de que esses grupos estão sendo representados de forma igualitária, com o fim de evitar acusações de discriminação. Nela, os grupos minoritários podem chegar a serem ouvidos, porém não detém o poder de se assegurar que seu ponto de vista esteja tomado em consideração, não existem mecanismos que garantem a transformação do status-quo (Arnstein, 1969).

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

Nesses momentos de reflexão inicial, havia sempre a afirmação de que os processos participativos iriam se definir somente a partir de cada contexto específico e dos interesses dos participantes dos grupos comunitários. Como era previsível, os processos participativos se configuraram de múltiplas maneiras, tempos e espaços, por vezes, se entrecruzando. Na verdade, criaram-se no projeto tantas relações universidade-comunidade quanto havia de pessoas envolvidas. Após um ano do início do projeto, à pergunta "como se dá a participação da comunidade no projeto" não correspondia uma resposta única.

Era precisa problematizar, em primeiro lugar, a permeabilidade das fronteiras entre comunidades e universidade : dentro da equipe são recrutados jovens e adultos moradores das próprias comunidades de atuação do projeto assim como de outras comunidades soteropolitanas periféricas, resultando em uma equipe onde parte desta, e não somente na coleta de dados mas também na elaboração desenvolvimento de pesquisas e/ou atividades de extensão, se identifica simultaneamente como membro da equipe e morador da comunidade[6].

Ao considerar as atividades das equipes de epidemiologia/ecologia (soro inquéritos, censos domiciliares, toma de amostras com animais), mapeamento colaborativo e extensão e ciências sociais, pode se ressaltar que talvez estas duas últimas sejam onde mais tem se exercido a participação. Na equipe de extensão, por exemplo, os cursos oferecidos de informática e cartografia digital tiveram como desdobramento a criação da Startup Social CommuniTech, uma iniciativa de jovens estudantes das comunidades cuja finalidade é desenvolver inovações em tecnologias e educação para a inclusão de jovens residentes de bairros periféricos no mundo digital.

Por força das discussões dos jovens em diversos espaços, tem sido possível a contribuição do projeto em políticas públicas, como a lei municipal Nº 9.534/2020 que promove ações destinadas à promoção da inovação e a inclusão digital. Por outro lado, tem se realizado a atividade "Periferias em Todos os Cantos" objetivando promover reflexão sobre desigualdades, segregação e saúde, em espaços da cidade de Salvador de difícil acesso aos jovens da periferia, por meio da arte.

O mapeamento colaborativo, que conta também com a participação dos jovens, ampliou o foco do projeto fundador, centrado na percepção locais sobre o risco percebido em saúde, para a coleta de sugestões acerca de intervenções para estes lugares. Com isto, pretende-se que as comunidades façam uso autônomo dos resultados de base cartográfica para reivindicação de direitos à saúde como saneamento, infraestrutura e outros. Cabe ressaltar que ambas as ações têm fomentado a participação dos jovens, lideranças e moradores em espaços e órgãos públicos que, de alguma maneira, poderão contribuir de forma mais ampla nos passos posteriores da pesquisa. Apesar do desenho inicial do estudo (objetivo, área geográfica e metodologia) ser de protagonismo maior dos pesquisadores, a coleta de dados, em particular a entrevista dos moradores, a sistematização e georreferenciamento destes dados, a categorização e discussão dos

[6] Uma contradição para as pesquisas participativas diz respeito a impossibilidade de implementar bolsa para pessoas dos territórios, por causa das normativas das Fundações que administram os recursos dos projetos para a UFBA. No nosso projeto essa não foi uma questão pois a FIOTEC – Fundação da Fiocruz, permite essa inclusão de pessoas da comunidade como parte da equipe de pesquisa. Isto representa um ganho na inclusão para as pesquisas ação/participativas.

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

resultados, são dialogados com referenciais do território, realizadas junto aos jovens da comunidade que integram a equipe, com base num processo de treinamento para manuseio das ferramentas utilizadas. Nas próximas etapas, prevê-se organizar rodas de conversa em praças públicas para apresentar e discutir os resultados do mapeamento.

Desde a área das ciências sociais, houve a formação dos grupos comunitários, iniciada com base na abordagem da educação popular, onde temas emergem das discussões e são problematizados no coletivo, tomando uma forma específica em cada comunidade. Na comunidade de Marechal Rondon, inicialmente foram mobilizados os jovens que já participavam das atividades de extensão junto a uma associação comunitária, mas também se deu a formação do grupo comunitário com alunos de um colégio público próximo. Com estes tem se discutido temas que surgem das conversas realizadas a partir de metodologias ativas.

Na comunidade do Alto do Cabrito, a experiência de uma liderança comunitária, com a qual trabalhamos desde o projeto anterior, permitiu antever que o interesse em participar do grupo comunitário alcançaria maior adesão entre adultos politizados do que entre os jovens que participavam das atividades de extensão. A partir de um convite inicial dessa liderança e, em seguida, do convite dos próprios convidados, em modo "bola de neve", formou-se um grupo que começou a se reunir de maneira virtual e, logo, presencial. Tomando o cuidado para não direcionar as discussões, a equipe de ciências sociais buscou inicialmente conhecer os participantes, entendendo quem eram, o que os movia e porquê estavam ali. Entre as pautas que surgiram a escolha foi de elaborar um memorial, na forma de um website, que resgatasse a memória do bairro e dos seus moradores, ao mesmo tempo permitindo o registro da comunidade tal como ela é hoje. Nasceu das discussões um movimento investigativo, com a busca por registros do passado, documentos e publicações sobre o território e moradores mais antigos ou centrais da comunidade, através de entrevistas e vídeos. Inicialmente destinado ao website do memorial, amadureceu-se a ideia desse material ser também a base de uma produção acadêmica, nascida de maneira espontânea e orgânica de uma investigação de iniciativa da comunidade e desenvolvida com apoio da equipe do projeto, e escrita a várias mãos sem restrição de coautoria entre os participantes do grupo comunitário, sejam eles da universidade, da comunidade ou de ambas.

Na comunidade de São Marcos constatou-se uma maior dificuldade para mobilizar os moradores em torno da formação do grupo comunitário. Inicialmente foram feitas visitas "porta-a-porta" e em conversa com moradores do local, nasceu a proposta de uma tenda freiriana[7] visando uma presença regular nos lugares de passagem da comunidade, com propostas de rodas de conversas e outras atividades, e estruturada de acordo com os temas e demandas surgidas no diálogo com os moradores. A ten-

[7] As práticas em Educação Popular em Saúde (EPS) são comumente associadas às Tendas Freireanas, espaços de acolhimento e construção conjunta de saberes e práticas. Esses espaços, baseados no pensamento de Paulo Freire (Ghiggi, 2010), partem das metodologias de círculos de cultura e arcos de problematização, preconizando uma lógica de escuta e de troca como ferramenta de emancipação, tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Colaboram na autonomia do indivíduo em relação aos seus processos de saúde e com o engajamento dos participantes em ações que visam a transformação da sociedade a partir de um debate crítico que busca a superação das opressões. O popular em Educação Popular refere-se a um posicionamento ético e compromisso político dos sujeitos construtores, partindo do princípio freireano de que ninguém liberta ninguém e ninguém se liberta sozinho ; os homens se libertam em comunhão.

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

da poderá, ou não, tomar os contornos mais definidos de um grupo comunitário, a depender dos modos de participação dos moradores.

Na linha da educação popular em saúde, são previstas ainda feiras de saúde, organizadas de maneira colaborativa com membros dos grupos comunitários, pensadas como lugares de socialização dos resultados da pesquisa ao longo do projeto e da construção de um diálogo entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais e populares em saúde. Entende-se as feiras de educação popular em saúde tanto como um lugar de integração interdisciplinar onde se encontram todas as áreas de conhecimento do projeto, quanto como uma ferramenta da participação comunitária em áreas do projeto que foram menos participativas nesse primeiro ano.

São assim múltiplos tempos e espaços de participação comunitária que vão nascendo no projeto, longe de uma ideia inicial funcionalista e, até, um pouco ingênua, de grupos comunitários como canais privilegiados da participação, onde se concentrariam : discussão de temas emergentes de interesse da comunidade, co construção do desenho teórico-metodológico e elaboração de intervenções, seguida pela avaliação. Todos esses espaços são sementes de participação, com protagonismo menos ou mais pronunciado dos moradores das comunidades nos processos de tomada de decisão e de pesquisa, e de onde podem nascer propostas de intervenção.

As intervenções elaboradas e implementadas coletivamente são outra manifestação esperada da participação, e foram orçadas no projeto. Podem tomar a forma da construção de um memorial ou de uma intervenção de saneamento básico na qual se constrói uma parceria com o município e demais órgãos públicos envolvidos. As feiras de saúde podem ser consideradas intervenções, ao mesmo tempo que elas serão *lócus* de pesquisa para a etnografia, espaço de socialização de resultados e diálogo de saberes para todas as áreas do projeto. Neste sentido, tende-se a desvanecer as fronteiras, entre pesquisa e ação, entre pesquisador e ator, entre saber acadêmico e demais formas de conhecimento.

Em meio a todos esses processos, o exercício da interdisciplinaridade continuava apresentando seus percalços. Desde o início do projeto foram realizadas reuniões semanais inter equipe, que, em um primeiro momento, reuniam aqueles que eram chamados de "*team leaders*", isto é, os membros que lideravam as equipes. Rapidamente, foram se abrindo para a participação de outros integrantes, pois era necessária a escuta do campo, e trabalhar de uma maneira mais coletiva. As equipes se coordenaram também através de oficinas e encontros sobre o tema das pesquisas participativas e da decolonialidade, e foi elaborada uma biblioteca/midiateca comum sobre esses temas.

O acompanhamento das atividades de cada equipe permitiu colaborações em vários momentos, entre equipes de ciências sociais, de epidemiologia, de ecologia, de extensão e mapeamento colaborativo, no desenho e no desenrolar das atividades de campo. Entre elas citaremos aqui a elaboração conjunta ou a complementação dos questionários do soro inquérito e do mapeamento colaborativo, entrevistas conjuntas dos moradores com duplo objetivo de coletar dados sociodemográficos, e mapear e entender o território e seus moradores, treinamento conjunto das equipes de campo e reuniões para discutir experiências emergentes do trabalho de campo, etc.

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

Hoje, depois de um ano de trabalho em comum, abordamos a interdisciplinaridade por duas frentes : privilegiando a vivência coletiva e organizando o trabalho por tarefas interdisciplinares. O primeiro ponto implica, por exemplo, organizar oficinas para as equipes baseadas na troca de experiência com outros projetos e espaços, como fizemos numa formação sobre educação popular em saúde, destinada a toda equipe, onde são previstas vivências com projetos de educação popular. Isto ajudará a pensar e elaborar juntos estratégias de socialização de resultados através de grupos de trabalho interdisciplinares, usando uma plataforma como ferramenta de trabalho onde nos organizamos por objetivo mais do que por área de conhecimento.

2 Apontando desafios encontrados ao longo do caminho

Agora que olhamos o quanto percorremos, cabe nos interrogar sobre o quanto deixamos de percorrer, e começar a refletir sobre os porquês. Essa palavrinha de nada, "porquê", implica enxergar para além de uma simples distância : mais do que ratificar quantos quilômetros andamos, trata-se de entender também que chão é esse no qual estamos pisando e com que sapatos. Tratando-se da relação universidade-comunidade herdada de projetos anteriores, nos deparamos, na comunidade de São Marcos, com uma história de mais de vinte anos de participação em projetos de pesquisa.

Durante este período, os moradores desta comunidade têm contribuído com a sua participação para o avanço científico. Nela, os projetos de pesquisa têm possibilitado aos participantes receber resultados de exames laboratoriais (incluindo uma série de doenças infecciosas e crônicas) muitas vezes não disponíveis por outros meios, com encaminhamento para tratamento, permitindo a avaliação e acompanhamento multidisciplinar de crianças durante o período da pandemia do Zika vírus. Porém, no encontro com a comunidade, notamos o desgaste dos moradores que participam há décadas de projetos de pesquisa, e queixam-se da falta de benefícios diretos e da demora na entrega de resultados laboratoriais, levando à diminuição do entusiasmo em participar de futuras pesquisas. Referindo-se ao pessoal que realiza a coleta de amostras de sangue com o codinome "vampiros", os moradores ilustravam os modos de apropriação particular acerca do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores, atribuindo sentidos e significados que recaiam sobre as tentativas de aproximação da equipe.

Considerando o quedro descrito, foram desenvolvidas as seguintes ações : (1) o treinamento e capacitação técnica dos pesquisadores que atuariam no soro-inquérito e ecologia, incluindo uma sensibilização quanto aos cuidados na aproximação com os moradores considerando pressupostos acerca da comunicação que facilitassem o contato com a comunidade ; (2) a elaboração de uma cartilha na qual se explicava acerca de pesquisas científicas, e a equipe de ciências sociais se disponibilizou para acolher dúvidas em relação à participação nas pesquisas.

Em Marechal Rondon, alguns jovens que participam das atividades de extensão e mapeamento foram convocados para os encontros com a equipe de ciências sociais com o propósito de formar o grupo comunitário. Desde o primeiro chamado, percebia-se a dificuldade de acolhimento da proposta, a qual implicava na construção de um coletivo onde se esperava dos jovens maior desenvoltura para exercícios de autonomia

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

e horizontalidade, e no qual as questões das comunidades seriam discutidas em uma perspectiva mais politizada. Reconhecendo os avanços no desempenho da agência individual dos jovens, fruto do trabalho que já vinha sendo realizado pelo projeto desde 2017, a ideia era de dar uns passos à frente na superação de relações de trabalho mais diretivas, e na construção de uma visão da emancipação social não exclusivamente pautada na lógica individual-profissionalizante. Infelizmente, neste cenário, o grupo comunitário parecia estar sendo entendido como dispositivo de avaliação das atividades realizadas até então, o que mobilizou receios e tensões entre as equipes, exigindo atenção e manejo.

Atentos às implicações do duplo, e, às vezes, do triplo lugar ocupado pelos jovens (morador/bolsista/monitor) no projeto, cuidamos para que eles não percebessem as reflexões críticas iniciadas como conflitantes com o sentimento de gratidão que declaram em razão da contribuição do projeto em suas vidas, tanto em termos financeiros, quanto em termos de destaque e responsabilização na comunidade. Os esforços para formar esse diálogo de maneira contínua seguiram se defrontando com resistências, muitas vezes veladas na forma de conflitos de agenda com outras atividades dos jovens no quadro da associação ou das atividades de extensão. Um aspecto importante que chamou a atenção nas tentativas de horizontalização das relações entre universidade e comunidade foi a intermediação dos líderes comunitários e a relação estabelecida entre estes e os moradores.

Neste aspecto, nos defrontamos com cenários diferentes em cada uma das três comunidades. Notou-se, em São Marcos, onde a Fiocruz[8] vem atuando há décadas, que os líderes institucionalizados junto às associações e instituições do Estado, não eram os legitimados pelos moradores da comunidade. Em vários diálogos, as lideranças apareciam como desconhecidos por parte dos moradores, pessoas que não participavam ativamente da problematização e proposição de estratégias para melhoria das condições de vida na comunidade. Nesse bairro, a mobilização ocorreu não pelo intermediário de associações, mas pela presença da tenda freiriana em lugares abertos, no "aqui" das pessoas em situação de maior vulnerabilidade dentro da comunidade, com apoio de alguns moradores que, apesar de não assumirem cargos estavam atuando informalmente, liderando ações que impactam positivamente na vida das pessoas.

Em Marechal Rondon, a abordagem da educação popular e a perspectiva de processos de tomada de decisão mais horizontalizados suscitou muitas inquietações por parte da liderança local, a qual era muito protetora dos jovens da associação, em parte por conhecer a situação de extrema vulnerabilidade na qual muitos deles se encontravam. Inquieta com a novidade da metodologia de ação, convocou a equipe, em diversas ocasiões, a esclarecer as especificidades da proposta. Em vários momentos, parecia que a compreensão do que era pesquisa participativa estava restrita à equipe de ciências sociais, acarretando um sentimento de divisão entre os pesquisadores e desconfiança por parte das lideranças das comunidades.

Já em Alto do Cabrito, o modo simples, direto e transparente de se comunicar que aconteceu entre a equipe e a liderança, a qual acolheu e aderiu à proposta participativa, influenciou positivamente na formação do grupo comunitário. A construção

[8] Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Gonçalo Moniz/Bahia.

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

coletiva do memorial da comunidade permitiu constatar que, para além de estabelecer um coletivo entre moradores e membros da equipe, a horizontalização das relações de produção do saber se defronta com barreiras que também são institucionais. Colocou-se a questão, por exemplo, do termo de consentimento para aplicação e gravação de entrevistas : afinal, o processo investigativo não é de governança da universidade, mas sim de um grupo que inclui alguns pesquisadores da universidade. Além disso, o acesso ao material coletado envolverá todos os membros do grupo comunitário, e não somente aqueles que pertencem à equipe do projeto, levantando questões éticas não previstas nos moldes da pesquisa não participativa.

Além disso, o material coletado, além de embasar a produção acadêmica, alimentará o website, que também requer um termo de consentimento e de uso de imagem. Resolveu-se no projeto em questão adotar-se dois termos de consentimento : um voltado à produção acadêmica elaborado em nome da universidade, e um voltado tanto à pesquisa acadêmica quanto à publicação de um website elaborado em nome do grupo comunitário. A necessidade de utilizar dois termos para autorização de produção acadêmica, um que autoriza a universidade e outro que autoriza o grupo, embora se trate da mesma pesquisa, mostra que as ferramentas das quais dispomos ainda não se adequam a este tipo de abordagem.

Outro aspecto que pode ser problematizado diz respeito ao sigilo, notadamente no que se refere aos participantes dos grupos comunitários. Por um lado, os particpantes assinam um termo de consentimento que garante o sigilo em relação a suas falas e atuação dentro do grupo, as quais poderão ser analisadas no âmbito da etnografia da participação[9]. Por outro lado, o protagonismo dos moradores dentro do grupo comunitário torna esse sigilo sinônimo de um não-reconhecimento, de um apagamento, no caso antiético, que os relega ao eterno lugar de objeto de pesquisa e não de coprodutor do conhecimento. Em uma pesquisa-ação realizada em uma das comunidades de pesquisa do presente projeto, Aliaga (2018) relata a situação em que líderes comunitários participantes tiveram que assinar, sucessivamente, um termo de consentimento que garantia o sigilo e, em seguida, um termo que autorizava a divulgação do nome dos que queriam ser citados nas publicações, mesmo assim se deparando com resistência de algumas revistas em divulgar os ditos nomes alegando que seria “antiético”.

Com isso, se antecipa que os moldes de revisão por pares, muitas vezes especializados em um tipo de abordagem epistemológica e área(s) de conhecimento específica(s), e os moldes de publicação em revistas que promovem, as vezes exclusivamente, a autoria de pesquisadores vinculados à universidade, não necessariamente, serão adotados na nossa pesquisa (ao menos de forma exclusiva).

Neste ponto, culminamos com uma pergunta que cristaliza todos os desafios e/ou barreiras interpessoais e institucionais com às quais nos defrontamos : como produzir ciência junto a comunidade ? Em um projeto integrado que adota a abordagem participativa, essa pergunta é de todos, ou pelo menos deveria ser, mas a apropriação da abordagem participativa não foi sem tensões e desencontros. As perambulações nas

[9] Como estratégia adotada pela equipe de ciências sociais, a perspectiva da participação nos processos fundamentou a opção por estudos etnográficos focados nos processos participativos inter-equipes na pesquisa, com as comunidades e entre estas.

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

traduções epistemológicas que marcaram o diálogo interdisciplinar na elaboração do projeto não pararam com seu início. Embora hoje a equipe de ciências sociais não esteja mais endereçada nas reuniões como a equipe "do social", ou seja, há um entendimento de que também produz ciência, ainda se observa uma certa tendência a considerá-la como responsável pelo desenvolvimento de processos participativos, como se estes fossem metodologia exclusiva das ciências sociais e não de todas as áreas de conhecimento envolvidas.

De fato, o investimento e o objetivo assumidos pelo projeto em tecer novos modos, mais horizontalizados e coletivos, de trabalhar com a comunidade, resultou na visão dos pesquisadores das ciências sociais como sendo "os especialistas" do relacionamento com a comunidade. Com isso, a equipe era sempre chamada a intervir quando algo na comunicação entre universidade e comunidade destoava do esperado para o desempenho das atividades. Oferecendo apoio, a equipe de ciências sociais ocupou uma certa função de "apagar o fogo" na tentativa de reduzir os impactos dos conflitos.

Neste processo, foi necessário reafirmar que a construção de vínculo de confiança com as comunidades, através da manutenção de uma boa relação de comunicação e do compromisso com a devolutiva à comunidade, embora tenha que anteceder qualquer pesquisa participativa, é pré-requisito ético de todos que se lançam em pesquisas com seres humanos e sua saúde, independente dos métodos de trabalho, não devendo ser vista como atribuição restrita às ciências sociais e humanas ou a pesquisas participativas. Também se observa, nos conflitos de agenda, uma valorização do trabalho de campo e de tratamento de dados em relação a reuniões e/ou oficinas onde o trabalho possa ser organizado de maneira mais interdisciplinar, onde ocorrem processos dialéticos de confrontos de ideias como parte integrante do fazer científico, e lugar da apropriação, por parte de todos, da abordagem participativa.

Apesar das divergências nos modos de teorizar e propor práticas em campo, percebeu-se nos desafios diários de tecer um trabalho em comum o aprendizado da empatia, paciência e diálogo, elementos importantes a serem desenvolvidos dentro da perspectiva de pesquisa interdisciplinar. Assim, configurou-se tentativas de estreitar os laços de diálogo e a construção coletiva de saberes e práticas entre os pesquisadores com vistas a superar o desconhecimento e reduzir as barreiras entre áreas distintas do conhecimento.

3 Considerações finais ? A coragem das co-aprendizagens na busca pela emancipação

Frente à "loucura ou coragem" dos desafios relatados acima, se tornou cada vez mais necessário afinar nossa postura teórica-metodológica, tentando compreender os muitos caminhos da construção de conhecimentos tomados historicamente como "rivais" (ciências humanas *versus* ciências naturais, conhecimentos acadêmicos *versus* conhecimentos comunitários). Em uma situação histórica de subordinação e epistemicídio (Carneiro, 2005), culturas que possuem como eixo condutor os sentidos da territorialidade (Haesbaert, 2021) e a não dicotomização da relação da comunidade periférica com o conhecimento, tiveram seus saberes postos numa condição folclorizada e carregada de estigmas de "não eficiência".

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

A partir da experiência deste projeto, percebemos que se faz necessário o estabelecimento da ruptura dos postos, rótulos e "não lugares" em que foram colocados os conhecimentos e as epistemologias dos povos de comunidades periféricas. Afinal em todo o Sul Global, fica cada vez mais evidente a emergência de um novo paradigma "epistemológico, ecológico, ecocêntrico e cooperativo" (Capra, 1996 ; Santos e Meneses, 2010 ; Santos, Meneses e Nunes, 2005).

Caberia reconhecer que, em meio a real diversidade de saberes e sabedorias, hierarquizar é uma medida de dominação histórica. Assim, partindo dos pressupostos e interpretações da teoria geral dos sistemas e da proposição cosmo política (Capra, 1996 ; Stengers, 2018), percebemos a necessidade de tratar as conexões entre saberes, de uma forma que a expansão das noções dos sentidos seja tomada a partir de uma escala maior. O que aqui está sendo chamado de *conhecimento*, pode também ser tomado como uma categoria analítica daquilo que traz a latência da consciência e condiciona sem paralisar, em uma dimensão em que passamos a viver cotidianamente. Através das vivências iniciais nas comunidades que fazem parte deste projeto percebe-se que *conhecimento* diz respeito a uma ressignificação da vida, a partir de tecnologias comunais em associação histórica com os sentidos da territorialidade. Assim sendo, se estes fenômenos ocorrem em processos participativos e por relações de envolvimento, ficam latentes questionamentos sobre como estes processos acontecem, e de que forma podemos ampliar os objetivos do projeto.

Buscando compreender tais questões, promovemos um exercicio contínuo de reflexividade, através dos encontros inter equipes e dos grupos comunitários e considerando os registros das imersões etnográficas, assim como as narrativas e histórias de vida de ambas as partes - os membros das comunidades periféricas e das comunidades acadêmica. Considerou-se especialmente os conhecimentos comunitários enquanto pilares da constituição de seus territórios de saber, constituídos a partir de suas formações histórico-sociais, em movimentos que perpassam aspectos que conjugam continuamente memórias e posicionamentos sociopolíticos.

Concomitante ao propósito de promover a interface entre as diversas áreas de conhecimento envolvidas neste projeto (ciências sociais, epidemiologia, ecologia, extensão universitária), ficou aparente durante as atividades inter equipes, a necessária reflexão sobre a diversidade de posicionamentos epistemológicos relacionados à saúde e ao bem-estar das comunidades. A construção dos espaços de saber, caso específico do projeto comunidades saudáveis, tem como objetivo tornar as técnicas relacionadas aos campos científicos (aqui tomadas como necessariamente interdisciplinares), cada vez menos especializadas. A convivência inter equipes e inter ciências é experimentada no momento do contato e atuação com as comunidades (que algumas vezes por suas particularidades, merecem cuidados especializados, como no caso da ciência veterinária no trato com os animais), na construção de eventos de intercâmbio de saberes e práticas em saúde (como é o caso das feiras de saúde e tendas freirianas organizadas pela equipe de ciências sociais) e principalmente pode ser presenciada durante os encontros interdisciplinares que tentam através de técnicas diversas, promover a correlação de aprendizagens entre as equipes.

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

Vale ressaltar que a ruptura com a especialização das ciências é um elemento que sintetiza de forma categórica uma ruptura paradigmática em curso há algumas décadas, como chama atenção o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2008). A intenção desse texto não é suscitar uma apologia romântica aos "novos" paradigmas emergentes, ou a derrocada final do conhecimento objetivo/positivista, tomado até pouco tempo (talvez por um lapso ou ilusão ontológico-temporal) como um conhecimento idea. A intenção é demonstrar a nossa experiência desafiadora, de interação entre "disciplinas", em plena disputa pelo protagonismo do campo científico (Bourdieu, 1975).

Fica evidente que, dependendo do objetivo de alguns projetos de pesquisa, a abordagem interdisciplinar pode se tornar prescindível. No nosso caso, a interdisciplinaridade se mostra definitivamente essencial. Um projeto de saúde ampliada em comunidades vulneráveis que busca gerar impacto na comunidade não poderia ser proposto sem um trabalho deste cunho. Alcançar a participação da comunidade e gerar informações objetivas de qualidade que nos permitam apoiar nossas descobertas precisa de pesquisa com rigor científico e engajamento da comunidade. Nenhuma disciplina pode alcançar isso sozinha. Do ponto de vista teórico-conceitual, o alcance não pode ser feito devido à falta de habilidades de cada disciplina atuando isoladamente. O mais importante é saber que a partir da experiência isolada de cada campo científico, nada poderá ser feito.

Hoje, sabemos que não teria sido possível lograr o engajamento comunitário, visando o alcance dos objetivos do projeto, sem a constituição de um *hiper* grupo interdisciplinar. Em nosso cotidiano de pesquisa e atuação, fica cada vez mais evidente a real necessidade da existência de uma rede de articulação de conhecimentos plurais (epistemologias pluriversais) ou em outras palavras : temos *com-ciência*[10] de que o fim das dicotomias e o estabelecimento das relações de co aprendizagens entre áreas de conhecimento distintas, são elementos condicionantes para a condução da forma em que atuamos com as comunidades que fazem parte deste projeto. Assim, podemos afirmar que, trabalhamos para entender e confrontar as tantas "lacunas que se ampliam" ou, nas palavras de Pierre Bourdieu, trabalhamos na redefinição do conceito de campo científico :

> "este é o *lócus* de uma competição no qual está em jogo especificamente o monopólio da autoridade científica, definida de modo inseparável, como a capacidade técnica e o poder social, ou, de outra maneira, o monopólio da competência científica, no sentido da capacidade – reconhecida socialmente – de um agente falar e agir legitimamente em assuntos científicos." (Bourdieu, 1930, *in* Ortiz, 1983, p. 135)

Atrelado ao incansável exercício da interação inter ciências e a possível dissolução das dicotomias (já percebidas como um posicionamento claramente superado), nossos esforços também estão voltados para os fenômenos históricos que associam as

[10] O termo "epistemologias pluriversais" é usado aqui no sentido de provocar uma reflexão sobre os saberes diversos enquanto perspectivas válidas para a produção de reconhecimentos. Da mesma forma, o termo "com-ciência", é mobilizado como um trocadilho, para pensarmos a ciência enquanto um projeto social, elucidativo e transformador.

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

ciências sociais e humanas aos saberes comunitários/locais. Partindo das experiências aqui registradas, sabemos que, para conceber pesquisas verdadeiramente participativas e emancipatórias em saúde coletiva, se faz urgente cultivar novos sensos no campo acadêmico, que concebam o reconhecimento dos membros de comunidades como produtores de conhecimento, detentores dos saberes e métodos relacionados aos processos de cura que, por sua, vez pautam a partir de relações de territorialidade o papel sociopolítico da comunidade. Vale ressaltar que estes papéis e suas agências estão postos em contraste à lógica científica/industrial, que submete o indivíduo a responsabilização solitária das suas próprias mazelas e enfermidades.

Devemos então afirmar que, a proposta desta pesquisa-ação, em pleno *envolvimento* com as comunidades em questão, possui como fundamento a abordagem de paradigmas científicos subalternizados historicamente (Spivak, 2010), por meio do colonialismo e do racismo epistêmico (Dantas, 2018). Para tanto, se faz necessária a compreensão das camadas prático-simbólicas das relações humanas, dos sentidos do conhecimento em interfaces entre campos de saber, além das investigações sobre as muitas concepções de ciência e das diversas tecnologias do curar presentes nestes locais de "envolvimento". Ou pensando a partir da perspectiva de Latour (2002), afirmamos categoricamente : o mundo acomoda muitos saberes, muitas ciências, muitos remédios.

Referências

Affun-Adegbulu, C., Adegbulu O. (2020). Decolonising global (public) health : from Western universalism to global pluriversalities. *BMJ Saúde Global*. 5 (e002947).

Aliaga, M. A. (2018). *Emancipação e participação social para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional : pesquisa-ação em comunidade urbana do Nordeste brasileiro*. [Tese de doutorado em saúde coletiva. Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia].

Almeida, N. F. (1997). Transdisciplinaridade e Saúde Coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, *2* (1-2), 5–20. DOI : https://doi.org/10.1590/1413-812319972101702014

Almeida, N. F. (2000). Intersetorialidade, transdisciplinaridade e saúde coletiva : atualizando um debate em aberto. *Revista De Administração Pública*, 34(6), 11-34. URL : https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6345

Almeida, S. (2018). *O que é racismo estrutural ?* Letramento.

Arnstein, S. R. (1969). A Ladder Of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35 (4), 216-224. DOI : https://doi.org/10.1080/01944366908977225

Barbier, R. (1985). *A pesquisa-ação na instituição educativa*. Jorge Zahar.

Barbier, R. (2002). *A pesquisa-ação*. Liber.

Borda, F. O. (2001/2006). Participatory (action) research in social theory : origins and challenges. In P. Reason and H. Bradbury (éds.). (2008), *Handbook of Action Research : Participative Inquiry and Practice* (p. 27-37). Sage

Canclini, N. G. (2007). *A Globalização imaginada*. Iluminarias.

Capra, F. (1996). *A teia da vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Cultrix.

Carneiro, A. S. (2005). *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. [Tese de doutorado em Educação, Universidade de São Paulo].

Carvalho, J. J. (2011). Universidades empobrecidas de conhecimento. *História da Ciência Online*. URL : https://www.academia.edu/29536690/Universidades_empobrecidas_de_conhecimento_pdf

Carvalheiro, J. R. (1997). Transdisciplinaridade dá um Barato. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2 (1-2), 21-23. DOI : https://doi.org/10.1590/1413-812319972101892014

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

Cornwall, A., and Jewkes R. (1995). What is participatory research ? *Soc Sci Med*, 41(12), 1667-76. Erratum in : *Soc Sci Med*. 2010, 70(5). DOI : https://doi.org/10.1016/0277-9536(95)00127-S

Cunha, M. B. *et al.* (2015). O desastre no cotidiano da favela : reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro. *O social em questão*, 18 (33), 95-122. URL : http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_33_3_Cunha_Porto_Pivetta.pdf

Cusicanqui, S. R. (2010). *Ch'ixinakax utxiwa : una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Tinta Limón.

Dantas, L. T. F. (2018). *Filosofia desde África : perspectivas descoloniais.* [Tese de doutorado em Filosofia, Universidade Federal do Paraná].

Erazo, C., *et al.* (2014). Tuberculosis and living conditions in Salvador, Brazil : a spatial analysis. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 36, 24-30.

Escobar, A. (2005). O lugar da natureza e a natureza do lugar : globalização ou pós-desenvolvimento ? In E. Lander (org), *A colonialidade do saber : eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*(p. 133-169). Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). URL : http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf

Escobar, A. (2020). A interiorização da pandemia : potenciais impactos em populações em situação de vulnerabilidade na Amazônia. *NAU Social*, 11(20), 137–143. DOI : https://doi.org/10.9771/ns.v11i20.36614

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Edufba.

Freire, P. (2019). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

Ghiggi, G. (2010). Paulo Freire e a revivificação da Educação Popular. *Educação*, Porto Alegre, 33(2), 111-118.

Goes, E. F., Ramos, D. O., Ferreira, A. J. F. (2020). Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18 (3). DOI : https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00278

Grosfoguel, R. (2016). Caos sistémico, crisis civilizatoria y proyectos descoloniales. *Revista Tabula Rasa*, 25. DOI : https://doi.org/10.25058/20112742.79

Haesbaert, R. (2020). Do Corpo-Território ao Território-Corpo (da terra) : Contribuições Decoloniais. *GEOgraphia*, 22(48). DOI : https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100

Haesbaert, R. (2021). *Território e descolonialidade : sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina*. CLACSO/ Universidade Federal Fluminense. URL : http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf

Khalil, H. *et al.* (2021). Poverty, sanitation, and Leptospira transmission pathways in residents from four Brazilian slums. PLoS neglected tropical diseases, 15(3), e0009256. DOi : https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0009256

Ko, A. I. *et al.* (1999). Urban epidemic of severe leptospirosis in Brazil. Salvador Leptospirosis Study Group. *Lancet*, 4, 354(9181), 820-5. DOI : https://doi.org/10.1016/s0140-6736(99)80012-9

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.

Krenak, A. (2020). *A vida não é útil*. Companhia das Letras.

Latour, B. (2002). *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. EdUSC.

Mignolo, W. (2010). *Desobediencia epistémica : retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Ediciones del signo.

Minkler, M., and Wallerstein, N. (Eds.) (2011). *Community-based participatory research for health : From process to outcomes*. Jossey-Bass.

Mota, C. S. *et al.* (2021). Expressões do racismo ambiental em dois territórios negros de Salvador, Bahia. In L.A.B. Trad *et al.* (org.), *Saúde-doença-cuidado de pessoas negras : expressões do racismo e de resistência* (p. 173-200). EDUFBA.

Nery, N. Jr. *et al.* (2021). Social determinants associated with Zika virus infection in pregnant women. *PLoS Neglected Tropical Diseases*, 15, e0009612. DOI :https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0009612

Nunes, J. (2020). A pandemia de COVID-19 : securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. *Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro*, 36 (5), e00063120. DOI : http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00063120

Nunes, J. (2022). Neglect and Resistance in Brazil's Pandemic. *Current History*, 121 (832), 50–56. DOI : https://doi.org/10.1525/curh.2022.121.832.50

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550

Ortiz, R. (org.) (1983). *Pierre Bourdieu*. Ed. Ática.

Porto, M. F. S. (2019). Crise das utopias e as quatro justiças : ecologias, epistemologias e emancipação social para reinventar a saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24 (12). DOI : https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.25292019

Porto, M. F. S. (2020). No meio da crise civilizatória tem uma pandemia : desvelando vulnerabilidades e potencialidades emancipatórias. *Vigilância Sanitária em Debate*, 8 (3), 2-10. DOI : https://doi.org/10.22239/2317-269X.01625

Quijano, A. (2010). Colonialidade do poder e classificação social. In : B. S. Santos e M. P. Meneses (Orgs.). *Epistemologias do Sul* (p. 71-117). Cortez. URL : https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2017/09/quijano-anibal-colonialidade-do-poder-e-classificac3a7c3a3o-social.pdf

Santana Filho, D., Germani, G., e Giudice, D. (2013). O Estado Nacional e a População Negra : Relação Espaço e Tempo para os Territórios Étnicos. *Espaço Aberto,* 3(1), 155-172. DOI :https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2013.2104

Santos, B. S. (1998). *La Globalización del Derecho : los Nuevos Caminos de la Regulación y la Emancipación*. ILSA, Universidad Nacional de Colômbia.

Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização : do pensamento único à consciência universal*. Record.

Santos, B. S., Meneses, M. P. G., Nunes, J. (2005). Para ampliar o cânone da ciência : a diversidade epistemológica do mundo. In B.S. Santos (Org.), *Semear outras soluções : os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais* (p. 21-121). Civilização Brasileira.

Santos, B. S. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.* Boitempo.

Santos, Boaventura de Sousa (2008). *Um discurso sobre as ciências.* Cortez.

Santos, B. S., & Almeida, N. F. (2008). *A Universidade no século XXI* : *para uma universidade nova*. Almedina.

Santos, B. S., Meneses, M. P. (Orgs.). (2010). *Epistemologias do Sul*. Editora Cortez.

Santos, D. N., Killinger, C. L. (2011). *Aprender fazendo : a interdisciplinaridade na formação em saúde coletiva*. Edufba.

Santos, B. S. (2020). *A cruel Pedagogia do vírus*. Boitempo editorial. URL : https://www.abennacional.org.br/site/wpcontent/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf

Segato, R. L. (2006). En busca de un léxico para teorizar la experiencia territorial contemporánea. *Politika : Revista de Ciencias Sociales,* 2, 129-148.

Shiva, V. (2003). *Monoculturas da Mente : perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Gaia.

Spivak, G. (2010). *Pode o subalterno falar ?* Editora UFMG

Stephens, C., e Satterthwaite, D. (2008). Saúde Urbana em Países em Desenvolvimento. In : K. Heggenhougen e S. Quah (Eds.), *Enciclopédia Internacional de Saúde Pública* (p. 452-463). Imprensa Acadêmica. DOI : https://doi.org/10.1016/B978-012373960-5.00406-8

Stephens, C. (2011). Revisiting urban health and social inequalities : the devil is in the detail and the solution is in all of us. *Environment and Urbanization*, 23(1), 29-40. DOI : https://doi.org/10.1177/0956247811398588

Stengers, I. (2018). A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 69, 442-464. DOI : https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464

Stephens, C., Hawkins, B., e Liverani, M. (Orgs). (2022). *Globalization and Global Health : Critical Issues and Policy*. Open University Press. McGraw-Hill Education.

UN-HABITAT (United Nations Human Settlements Programme) (2010). *State of the world's cities 2010/2011 : Bridging the urban divide*. Sterling, VA. URL : https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/State%20of%20the%20World%20Cities%2020102011%20-%20Cities%20for%20All%20Bridging%20the%20Urban%20Divide.pdf

UNICEF (United Nations Children's Fund). (2012). *The state of the world's children 2012 : children in an urban world*. eSocialSciences. URL : https://www.unicef.org/media/89226/file/The%20State%20of%20the%20World's%20Children%202012.pdf

Wang C, Burris MA. (1997). Photovoice : Concept, Methodology, and Use for Participatory Needs Assessment. *Health Education & Behavior*, 24(3), 369-387. DOI : https://doi.org/10.1177/109019819702400309

Published in : ROUGEON, Marina ; CHASLES, Virginie ; TRAD, Leny (dir.), *Ce que les injustices font à la santé. Enjeux sociaux, environnementaux et territoriaux*, Editions des archives contemporaines, ISBN : 9782813004550, doi : 10.17184/eac.9782813004550